



MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA
SECRETARIA DE FINANÇAS



No âmbito da despesa de natureza continuada, figura-se as despesas oriundas dos gastos com pessoal, as quais deverão serem lastreadas com o devido impacto orçamentário-financeiro nos termos do Art. 17 da LRF.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

1.1. OBJETIVO

Tem o presente RIOF o objetivo de substanciar o Projeto de Lei, no pronto atendimento das disposições legais mediante estudo do impacto orçamentário-financeiro notadamente no que diz respeito as despesas de pessoal tidas como de caráter continuado, visto que se refere a adequação do piso salarial do magistério.

O impacto orçamentário-financeiro de tais despesas, notadamente por excederem mais de dois exercícios financeiros é de extrema importância para garantir a saúde financeira do município e a sustentabilidade de suas contas públicas. Neste contexto, é fundamental analisar o gasto com pessoal como ferramentas para o equilíbrio das contas governamentais.

O gasto com pessoal é um dos principais desafios enfrentados pelos governos, tanto em nível federal, estadual quanto municipal e os órgãos de controle externo têm atuado para que os parâmetros definido pela LRF, sejam atendidos integralmente.

A LRF, em seus Arts. 19, estabelece o limite máximo de gastos com pessoal para cada ente da Federação.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

...

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Em seu Art. 20, a mesma lei faz a repartição dos limites de gastos com pessoal.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

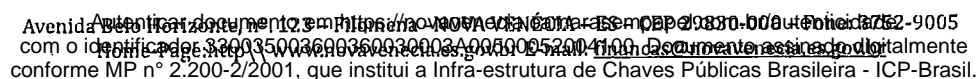
(...)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.







MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA
SECRETARIA DE FINANÇAS



2.4. Estimativa do Cenário de Projeção

3. Passo - Avaliação do Impacto

3.1. Cálculo dos Impactos Anual/Receita x Despesa (Estimadas)

3.2. Cálculo do Total/Despesa x Receita Corrente Líquida – RCL

2. ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro a ser demonstrado, que configura valores apurados nos dois exercícios anteriores e valores correspondentes aos 12 últimos meses, afim de estabelecer projeção da despesa para o exercício atual que terá continuidade de execução das respectivas despesas, e nos exercícios seguintes, sendo aqui apresentados até ao exercício de 2029.

Aplica-se à projeção da despesa para os Exercícios de 2027, 2028 e 2029, atualizadas pelo dispêndio da Revisão Geral Anual – RGA, prevista na LDO, que impactarão nos períodos seguintes ao Exercício de 2026.

Para o fim de projeção da despesa de pessoal decorrente do mencionado Projeto de Lei, utilizou-se a atualização da estimativa da receita, realizando a projeção do valor apurado para os 2 (dois) exercícios seguintes com base no ¹Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (2026 – 3,99%; 2027 – 3,80%; 2028 – 3,50%; 2029 – 3,50).

As despesas serão suportadas financeiramente por meio de receitas tributárias, patrimoniais, de serviços, transferências correntes e outras receitas, previstos em diversos cenários para os Exercícios Financeiros de 2026, 2027, 2028 e 2029, projetadas também por meio do IPCA previsto para os respectivos períodos.

2.1. IMPACTO DA DESPESA COM PESSOAL NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL.

DEMOSTRATIVO I

¹ Os valores referentes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, referem-se ao relatório do dia 30/01/2026 publicado no dia 02/02/2026, disponível no link <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>





APURADA NOS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES								
PERÍODO	EXECUTIVO	LEGILATIVO	RCL	PERCENTUAL		IPCA		
				EXECUTIVO	LEGISLATIVO			
2023	105.238.829,95	5.896.690,91	232.471.694,39	45,27%	2,54%			
2024	110.537.290,11	6.272.851,96	277.680.876,16	39,81%	2,26%			
2025	111.453.350,24	7.719.951,73	302.213.380,25	36,88%	2,55%			
APURADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES								
2025/2026	111.453.350,24	7.719.951,73	302.213.380,25	36,88%	2,55%			
PROJETADA PARA O EXERCÍCIO								
2026	118.672.568,59	8.027.977,80	314.271.694,12	37,76%	2,55%	3,99%		
PROJETADA PARA OS DOIS EXERCÍCIOS SEGUINTES								
PERÍODO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	RCL	PERCENTUAL PREVISTO		IMPACTO PROJETADO		IPCA
				EXECUTIVO	LEGISLATIVO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	
2027	123.182.126,20	8.333.040,96	326.214.018,50	37,76%	2,55%	0,00%	0,00%	3,80%
2028	127.493.500,62	8.624.697,39	337.631.509,15	37,76%	2,55%	0,00%	0,00%	3,50%
2029	131.955.773,14	8.926.561,80	349.448.611,97	37,76%	2,55%	0,00%	0,00%	3,50%

Em análise ao Demonstrativo I, pode-se verificar que a despesa com pessoal, do Poder Executivo, representou em relação a RCL do município no exercício: 2023 45,27% (quarenta e cinco inteiros e cinquenta e quatro centésimos de por cento), 2024 39,81% (trinta e nove inteiros e oitenta e um centésimos de por cento), 2025 36,88% (trinta e seis inteiros e oitenta e oito centésimos de por cento), e em 2026 analisando os últimos doze meses, se mantém em 36,88% (trinta e nove inteiros e trinta centésimos de por cento). Não excedendo ao limite prudencial que correspondente a 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de por cento) e ao limite de alerta de 48,60% (quarenta e oito inteiros e sessenta centésimos de por cento).

Com base na projeção para o exercício de 2026, o montante da despesa com pessoal do poder executivo alcançará 36,89% (trinta e seis inteiros e oitenta e nove centésimos de por cento) da RCL, obedecendo assim os limites estabelecidos pela LRF, mantendo para os exercícios seguintes.

2.2. IMPACTO DA DESPESA CORRENTE X RECEITA CORRENTE, CONTEMPLANDO A DESPESA PLEITEADA NESSE PROJETO DE LEI.

De acordo com o Art. 167-A da Constituição Federal:

Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:





MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA
SECRETARIA DE FINANÇAS



O demonstrativo a abaixo demonstra os valores arrecadados de receita corrente e montante gasto com despesa corrente afim de apuração do limite de gasto de 95% da receita corrente com despesa corrente.

DEMONSTRATIVO II

APURAÇÃO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES					
EXERCÍCIO	RECEITA CORRENTE	DESPESA CORRENTE	PERCENTUAL		IPCA *
2023	240.429.030,46	225.627.174,10	93,84%		
2024	269.751.431,57	270.966.520,27	100,45%		
2025	318.246.715,75	277.926.672,76	87,33%		
APURADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES					
2025/2026	318.246.715,75	277.926.672,76	87,33%		
PROJEÇÃO PARA O EXERCÍCIO ATUAL					
2026	330.944.759,71	289.015.947,00	87,33%		3,99%
PROJEÇÃO PARA OS DOIS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES					
EXERCÍCIO	RECEITA CORRENTE	DESPESA CORRENTE	PERCENTUA L PREVISTO	IMPACTO PROJETADO	IPCA *
2027	343.520.660,58	299.998.552,99	87,33%	0,00%	3,80%
2028	355.543.883,70	310.498.502,34	87,33%	0,00%	3,50%
2029	367.987.919,63	321.365.949,93	87,33%	0,00%	3,50%

Verificamos que acordo com o Demonstrativo II, nos exercícios de 2023 e 2024, o valor da despesa corrente excedeu ao limite estabelecido no Art. 167-A da Constituição Federal.

Em análise aos eventos ocorridos no exercício de 2024, o que provocaram que a execução de despesas que excedesse ao limite de 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, destacamos o rateio do recurso do FUNDEB aos profissionais da educação e gratificação-abono concedido a todos os servidores, exceto aos profissionais da educação.

Assim, conforme demonstrativo da relação entre despesa corrente e receita corrente, podemos verificar que ao final do exercício de 2025, que a despesa corrente correspondeu a 87,33% (oitenta e sete inteiros e trinta e três centésimos de por cento), abaixo do limite estabelecido de 95% (noventa e cinco por cento) da Receita Corrente arrecadada.

Para exercício de 2026, compreendendo os valores apurados nos últimos 12 meses, a despesa corrente correspondeu a 87,33% (oitenta e sete inteiros e trinta e três centésimos de por cento), ou seja, o mesmo valor apurado ao final do exercício de 2025, uma vez que ainda não fechamos o mês de janeiro de 2026.

Assim, diante a projeção apresentada para o exercício de 2026, a despesa corrente corresponderá 87,33% (oitenta e sete inteiros e trinta e três centésimos de por cento).

2.3. DECLARAÇÃO A SER FORMALIZADA PELO ORDENADOR DE DESPESA

Tendo em vista os artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, o Gestor Municipal, expedirá declaração de que, com a aprovação do respectivo Projeto de Lei,



